ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2023.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ISNARD ARAÚJO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR RICARDO ALMEIDA

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ARNANDO LESSA, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CÁTIA RODRIGUES, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTÔNIO, JULIO SANTOS, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA, estando licenciado o vereador CLÁUDIO TINOCO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Indicação n.s 124/23 da vereadora Ireuda Silva e 125 e 126/23 do vereador Julio Santos; Projetos de Resolução n.s 43/23 do vereador Kiki Bispo, 44/23 do vereador Marcelo Maia e 45 a 49/23 do vereador Carlos Muniz; Requerimentos n.s 192/23 do vereador Teo Senna e 193/23 do vereador Leandro Guerrilha; Moções n.s 135 a 144/23 do vereador Marcelo Maia; e Requerimento de licença de vereadora. Terminada a leitura do Expediente, na **Tribuna Popular**, a senhora

Ana Cleia Cordeiro, da Comissão de Enfermagem do SAMU da Rede Municipal de Salvador, destacou a atividade intensa da sua categoria e expôs sobre as suas demandas não-atendidas. Mencionou três Projetos de Indicação sobre melhores condições de trabalho e valorização profissional. Salientou a abrangência do atendimento que prestavam e pediu que suas pautas fossem ouvidas. Apontou a desigualdade em que estavam em relação a outros profissionais de saúde, inclusive quanto à gratificação por risco de vida, o que explicou ser descabido, por tal gratificação se relacionar a condições objetivas. Comentou sobre os riscos que corriam com relação a crimes, violência e trânsito. Apresentou detalhes dos seus pleitos remuneratórios e defendeu isonomia entre médicos e enfermeiros. Agradeceu o apoio do vereador Augusto Vasconcelos e lembrou que muitos se elegeram sob o manto do SAMU. O senhor presidente declarou que a CMS acolhia o que era exposto. Dando-se seguimento à **Tribuna Popular**, a senhora Ana Lúcia Albano, do Conselho Regional de Bibliotecários (CRB-5), também agradeceu ao vereador Augusto Vasconcelos. Discorreu sobre a demanda pela efetivação da Lei federal n. 12.244/10, de universalização das bibliotecas, a qual previra prazo de 10 anos para ter suas disposições implementadas, sendo que isso não ocorrera. Explicou que a maioria das escolas desprovidas de biblioteca se situava em bairros populares. Afirmou que as escolas privadas viviam um processo de mercantilização, o que proporcionava uma melhor educação para quem podia pagar mais, acentuando-se, assim, as desigualdades. Salientou a importância de uma boa educação pública de qualidade nesse cenário, o que envolvia as bibliotecas. Contou como uma biblioteca determinou um rumo melhor para a sua vida. Pediu empenho para se instalarem bibliotecas em toda a rede municipal. Foi votada e aprovada a licença da vereadora Roberta Caires (5 e 6 de junho). Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Augusto Vasconcelos parabenizou as duas oradoras. Destacou a responsabilidade da Secretaria municipal da Saúde sobre os pleitos do SAMU, mencionando os três Projetos de Indicação que produzira a respeito, os quais seguiam ignorados. Esclareceu que

não se tentava tirar direitos dos médicos. Contou sobre Sessão que realizara a respeito das bibliotecas nas escolas, informando haver uma nova Lei trazendo novo prazo, até 2024, a respeito dessa demanda. O vereador Arnando Lessa disse que quem já usara o SAMU, como ele, sabia dimensionar a importância dos seus profissionais, os quais enalteceu. Pediu a atenção da secretária da Saúde, considerando essa escuta uma obrigação. O vereador Joceval Rodrigues elogiou a relação do senhor presidente com os servidores da CMS. Associou-se aos pleitos dos professores municipais e pediu que se compreendessem os aspectos orçamentários envolvidos no seu aumento remuneratório. Saudou os profissionais do SAMU, registrando a ausência da entidade sindical da categoria e pedindo respeito a esses trabalhadores. O senhor presidente consultou as lideranças quanto à inversão de pauta para a votação da Ordem do Dia, realizando-se o Pinga-Fogo posteriormente. Houve concordância. Após verificação nominal de *quorum*, apurou-se a presença de 34 vereadores. Adentrando-se a **Ordem do Dia**, foi apreciado o Projeto de Lei n. 142/23, de reajuste para os proventos dos professores. Em discussão, o vereador Augusto Vasconcelos criticou o Executivo por remeter o Projeto à Casa sem o debater com os professores. Apontou a ausência de disposições sobre várias demandas, como as relativas a ajudantes, psicólogas e assistentes sociais. Informou sobre as Emendas da Oposição, destacando a que estabelecia 20% de reajuste e aumento do piso remuneratório para adequá-lo ao exigido por Lei federal. A vereadora Marta Rodrigues disse esperar acolhimento às Emendas da Oposição, elaboradas após escuta à categoria. Lembrou que a secretária da Fazenda expusera a boa saúde financeira do Município, o que indicou como base para a aprovação da Emenda para os 20% de reajuste. Mencionou Emenda supressiva para se remover, do Projeto, a criação de 17 cargos, a qual declarou não caber na alegação de que faltariam recursos para o reajuste. O vereador Sílvio Humberto destacou a defesa da educação pública de qualidade como um processo, e não, como um evento. Lembrou pleitos da Educação tratados de maneira insuficiente pela Prefeitura e recursos vultosos

despendidos em ações sem a mesma importância. Comentou sobre Emenda da Oposição que atentava à desigualdade entre as escolas. O vereador Joceval Rodrigues associou-se às perspectivas trazidas pelos demais oradores e defendeu a isonomia entre os profissionais. Defendeu, ainda, a perspectiva do vereador Sílvio Humberto sobre se considerar individualmente cada escola. Indagou quem mais, senão os professores, que formavam os demais profissionais, poderia receber 20 % de reajuste. Tendo sido apresentadas oito Emendas, subiu à Tribuna para emitir Parecer o vereador Paulo Magalhães Júnior, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), cujo Parecer foi favorável às Emendas n. 1, 2, 3, 4 e 7 e pela rejeição das Emendas n. 5, 6 e 8. Colhidos os votos na Comissão, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando em Plenário, contra os votos dos vereadores da Oposição e do vereador Joceval Rodrigues, todos relativamente às Emendas rejeitadas. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 142/23 foi aprovado, com suas Emendas, até a Redação Final. Dando-se seguimento à Ordem do Dia, foram também discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, os Projetos de Resolução n.s 1/22, 69/22, 86/22, 87/22, 4/23, 10/23, 12/23, 14/23, 15/23, 16/23, 17/23, 18/23, 19/23, 20/23, 22/23, 23/23, 24/23, 27/23, 28/23, 29/23, 30/23, 31/23, 32/23, 33/23, 34/23, 35/23, 36/23, 37/23, 38/23, 39/23, 40/23, 41/23 e 42/23. Findas as votações, no **Pinga-Fogo**, o vereador Arnando Lessa afirmou o compromisso com a educação e apontou uma atual desvalorização dos educadores pela Prefeitura, lembrando a valorização outrora existente. Lamentou a rejeição dos 20% de aumento. Comentou sobre decisões do PT, em instância nacional, acerca de candidaturas estaduais para a próxima eleição. O vereador Teo Senna parabenizou o secretário da Educação Thiago Dantas pela atuação no processo sobre o aumento para os professores, afirmando que ele dialogara com a categoria. Apontou incoerência nos oposicionistas por aceitarem 4% de reajuste remuneratório para os professores estaduais e 8% de aumento no Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (Planserv), mas se colocarem contra o reajuste de 8% para os professores

municipais. O senhor presidente convidou os líderes para reunião do Colégio de Líderes no dia seguinte, às 15h30. Em comunicação inadiável, a vereadora Marta Rodrigues explicou que o reajuste dos professores estaduais fora de 14%. Em comunicação inadiável, o vereador Teo Senna refutou essa explicação. O senhor presidente registrou a presença do ex-vereador Jonas Alves, convidando-o a compor a Mesa. Pela ordem, o vereador Anderson Ninho exaltou o ex-vereador Jonas Alves, seu tio, a quem expressou afeto. Pela ordem, o vereador Arnando Lessa destacou feitos do ex-vereador Jonas Alves, elogiando-o. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues associou-se às homenagens ao ex-vereador Jonas Alves e agradeceu o apoio do governador Jerônimo Rodrigues à comunidade da Arquidiocese do Senhor do Bonfim. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: Registros do vereador Daniel Alves.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO